

RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.260 - SP (2018/0271935-2)

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : SIDES JOEL DE ALMEIDA
ADVOGADOS : SILENO FOGAÇA - SP139108
MONICA APARECIDA FERREIRA DE OLIVEIRA FOGAÇA
E OUTRO(S) - SP341323

DECISÃO

O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública ambiental contra Sides Joel de Almeida alegando que na Fazenda Sueval, de propriedade do réu, existiriam falhas na Área de Preservação Permanente, devendo haver a necessária restauração, assim como sanadas as irregularidades no CAR.

A ação foi julgada improcedente (fls. 413-417), decisão parcialmente modificada pelo Tribunal de Justiça Estadual, em grau recursal, nos termos da seguinte ementa (fls. 536-537):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Meio Ambiente. Município de Eldorado. Fazenda Sueval. Área de preservação permanente. Curso d'água. Área rural consolidada. Recuperação. Remoção de culturas exóticas.

1. Preliminar. Reconhecimento jurídico do pedido. As exigências feitas pelo autor de recuperação das áreas de preservação permanente não foram abarcadas pelo projeto apresentado pelo réu ao órgão ambiental após o ajuizamento da ação. Afasto a preliminar.

2. LF nº 12.651/12. Aplicação. A 1ª Câmara Ambiental não tem entrevisto a inconstitucionalidade alegada pelo Ministério Público e por isso tem determinado a aplicação da LF nº 12.651/12. Poder-se-ia afastar a aplicação da lei nova no caso concreto, caso demonstrado o prejuízo aos processos ecológicos essenciais, mas não em uma impugnação à lei em tese, enfocando diversos dispositivos da lei sem que se saiba de que modo cada um deles se amolda à propriedade rural objeto da lide.

3. Área de preservação permanente. A obrigação de reparar não se exaure com a mera apresentação do projeto de recuperação ambiental. A obrigação de recompor a área degradada decorre da lei e é admitida pelo réu, que reconheceu tal necessidade ao apresentar o projeto de restauração ecológica de áreas de preservação permanente. Deverá ser aplicada a lei vigente para estipular a forma de delimitação da área de preservação permanente, bem como sua extensão. A existência ou não de área rural consolidada é situação que poderá ser verificada pelo órgão ambiental, mediante a aplicação da norma cogente, quando da análise do projeto apresentado. A recomposição obedecerá ao projeto aprovado pelo órgão ambiental, no prazo estabelecido no novo Código Florestal ou outro proposto pelo órgão ambiental mediante fundamentação, de acordo com a lei. Não cabe ao juiz, neste momento inicial e sem prévia manifestação do órgão ambiental, dispor a respeito.

4. Compensação. Indenização. A condenação do réu na reparação

integral da área de preservação permanente degradada mostra-se suficiente à reparação do dano ambiental causado; a compensação ou eventual indenização só terá lugar se verificada a impossibilidade de recuperação, que não parece ser o caso dos autos.

5. Financiamento. Restrições. Não há fundamento legal nem razão para proibir que o réu obtenha incentivos fiscais, créditos e financiamento; a providência penaliza desnecessariamente o réu e não ajuda no cumprimento da decisão.

6. Valor da causa. O Ministério Público atribuiu à causa, para fins de alçada, o valor de R\$-1.000.000,00; o juiz acolheu a impugnação ofertada pelo réu, reduzindo o valor da causa para R\$-111.960,00; o valor é mais razoável do que o originalmente atribuído e está pautado em critério objetivo, qual seja o custo aproximado do projeto de recuperação das áreas. Improcedência.

Recurso do Ministério Público parcialmente provido, para julgar a ação parcialmente procedente, nos termos do acórdão.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 632-635).

O Ministério Público Estadual interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal alegando, inicialmente, violação dos arts. 1.022, II, parágrafo único, II e 489, II §1º, III, VI, do CPC/2015, sustentando que a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* deixou de sanar omissões e contradições que aponta.

Afirma negativa de vigência aos arts. 7º, 8º e 141, do CPC/2015 no tocante à determinação de aplicação do Novo Código Florestal - Lei n. 12.651/12 - à hipótese, no sentido de possibilitar a inclusão da compensação da vegetação de Área de Preservação Permanente - APP na Reserva Legal, porque não foi estabelecido o necessário contraditório sobre o tema, o qual foi objeto de consensual TAC.

Sustenta violação do art. 3º do CPC/2015, invocando, também, precedente análogo proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, concluindo que a pretensão estava limitada apenas ao pronunciamento sobre a inconstitucionalidade invocada.

Alega, ainda, violação dos arts. 6º, §1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei n. 4.657/42 e 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, em razão da decisão desprezar, contrariando, o TAC firmando entre as partes, já na vigência do Novo Código Florestal.

Invocando, por fim, o princípio do não retrocesso ambiental, citando uma série de legislação federal, e precedentes do STJ, pugna pela não incidência do Novo Código Florestal.

O recorrido apresentou contrarrazões (fls. 669-689), sustentando

a manutenção do acórdão.

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo parcial provimento do recurso (fls. 740-760).

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, não se vislumbram as apontadas omissões e contradições, tendo o julgador *a quo* abordado a controvérsia tal qual colocada pelas partes, em decisão devidamente fundamentada, ainda que não tenha encampado integralmente a pretensão do *Parquet*.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso, e muito menos caracteriza afronta a quaisquer dos dispositivos processuais invocados, nos termos da firme jurisprudência da Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DANOS MORAIS. CURSO TÉCNICO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. A matéria referente ao julgamento extra petita, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

3. As conclusões do acórdão recorrido sobre a inexistência do ato ilícito apto a gerar o dever de indenizar, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1586351/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020)

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCE-RS. OBRAS EM

ESTRADAS. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS. RECEBIMENTO DE INICIAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC.

1. Cuida-se de inconformismo com acórdão do Tribunal de origem que considerou válido o recebimento da Inicial de Improbidade Administrativa, determinando a citação dos recorrentes para contestar a ação.

2. Na origem trata-se de Ação Civil Pública interposta pelo MPF em razão de irregularidades no programa emergencial "Estado na Estrada" realizado com o DAER, conforme apontado pelo TCE-RS.

3. Na espécie, os recorrentes alegam negativa de prestação jurisdicional por não ter a Câmara Julgadora se manifestado a respeito da correção das alegadas irregularidades. Nada obstante, diversamente do aduzido, não há violação aos arts. 489 e 1022 do CPC/2015, pois o Tribunal de origem manifestou-se, expressamente, a respeito da irrelevância da rescisão do contrato, objeto das ilegalidades que ensejaram a propositura da ação subjacente. Cita-se trecho do decisor vergastado: "Como bem referiu o decisor de origem 'A existência de termo de rescisão contratual não exclui a possibilidade de configuração de atos de improbidade, tratando-se de mero distrato ou quitação firmado entre as partes contratantes, incapaz de afastar, por si só, a possibilidade de apuração do cometimento de eventuais irregularidades durante a execução contratual'. Saliento por fim que, na fase de juízo de admissibilidade da demanda, vige o princípio do *in dubio pro societate*, dispensando-se exigência de elementos conclusivos e exaurientes de prova, os quais - se necessária for a complementação-, serão produzidos na fase instrutória judicial".

[...]

9. Recurso Especial conhecido, somente com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, não provido.

(REsp 1816809/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 11/10/2019)

No que diz respeito à questão do TAC, verifica-se que o acórdão recorrido nada deliberou a respeito, porque o Ministério Público não cuidou de invocar o tema no momento próprio, o fazendo somente quando da oposição dos declaratórios.

Aliás, em seu recurso de apelação o *Parquet* claramente afirmou inexistir título extrajudicial no caso, uma vez que o réu teria se negado a firmar Termo de Ajustamento de Conduta (fl. 446).

Nesse panorama, o recurso carece do indispensável requisito do prequestionamento, não sendo os embargos de declaração a via recursal própria para inovação da demanda recursal, conforme jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. TESE NÃO VENTILADA NO RESP. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC.

INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ART. 2º DA LEI N. 9.784/1999 E ART. 12, VI, da Lei n. 9.656/1998. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A tese relativa à declaração de inconstitucionalidade do art.85, § 19 do Código de Processo Civil e arts. 29 a 36 da Lei n. 13.327/2016 porquanto incompatíveis com o disposto no art. 135 da Constituição da República foi apresentada apenas quando da interposição do agravo regimental, o que configura inadmissível inovação recursal.

III - A questão da ausência de recibo que ateste ter havido a cobrança de honorários de instrumentador cirúrgico, embora alegada na petição inicial, não foi suscitada nas contrarrazões de apelação, sendo trazida posteriormente em sede de embargos de declaração, o que, no ponto, configura indevida inovação recursal e impede o conhecimento da insurgência, em decorrência da preclusão consumativa.

IV - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ. malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação dos suscitados arts. 2º da Lei n. 9.784/199 e 12, VI, da Lei n. 9.656/1998.

V - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

XI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1821061/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 12/03/2020)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA. INCIDÊNCIA.

1. O acórdão recorrido não tratou da incidência ou não da contribuição ao SAT, nem das contribuições devidas a terceiros sobre auxílio-alimentação pago em pecúnia, e tal ponto não foi levantado em embargos de declaração na origem, de modo que não é possível prover o recurso especial por ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e igualmente não é possível, no mérito, conhecer do recurso no ponto, seja por ausência de prequestionamento, seja por se tratar de inovação recursal descabida a respeito da qual se consumou a preclusão.

2. Quanto ao auxílio-alimentação pago em pecúnia, ali incluído o

pagamento via "tiquete", o acórdão recorrido se manifestou no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte, a qual entende que nessa hipótese a verba será considerada remuneratória e servirá de base de cálculo para incidência da contribuição previdenciária. Nesse sentido: REsp 1.196.748/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 28.9.2010; AgRg no REsp 1.426.319/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 13.5.2014; REsp 895.146/CE, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de 19.4.2007.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1784950/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 10/02/2020)

Dessa forma, quanto ao tópico, incidem os Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Quanto ao mais, os tópicos recursais estão centrados na impossibilidade de se aplicar o Novo Código Florestal à hipótese dos autos, assim deliberado pelo Tribunal *a quo*:

[...]Conforme anteriormente indicado, não se verificam as inconstitucionalidades arguidas pelo autor, com relação à LF nº 12651/12; assim, deverá ser aplicada a lei vigente para estipular a forma de delimitação da área de preservação permanente, bem como sua extensão. A recomposição obedecerá ao projeto aprovado pelo órgão ambiental, no prazo estabelecido no novo Código Florestal ou outro proposto pelo órgão ambiental mediante fundamentação, de acordo com a lei.

[...]

[...] A LF nº 12.651/12 será observada pelo órgão ambiental na análise do projeto apresentado e na fase de execução, no que for pertinente.

Nesse contexto a pretensão merece acolhida, pois ao aplicar o Novo Código Florestal à presente demanda, e dispor sobre a incidência de seu artigo 15, no sentido de possibilitar aos recorridos a comprovação do preenchimento dos requisitos neles estabelecidos para o fim da instituição de área de reserva legal, o julgado merece reforma, por se encontrar em dissonância com a jurisprudência do STJ. A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. FATO PRETÉRITO. PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*. VEDAÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo

3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Em matéria ambiental, deve prevalecer o princípio *tempus regit actum*, de forma a não se admitir a aplicação das disposições do novo Código Florestal a fatos pretéritos, sob pena de retrocesso ambiental.

3. "O novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, os direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da 'incumbência' do Estado de garantir a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais (art. 225, § 1º, I)" (AgRg no REsp 1.434.797/PR, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/05/2016, DJe 07/06/2016).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1687335/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 05/04/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AMBIENTAL. APLICABILIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL A SITUAÇÕES PRETÉRITAS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inviável, por ausência de prequestionamento, a análise de questão que, a despeito de ter sido suscitada em contrarrazões, não foi alvo de manifestação pela Corte de origem. Além disso, tratando-se de matéria ambiental, prevalece o disposto no princípio *tempus regit actum*, que impõe obediência à lei em vigor por ocasião da ocorrência do fato ilícito, sendo, portanto, inaplicável o novo Código Florestal a situações pretéritas. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1740672/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 03/04/2019)

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. NOVO CÓDIGO FLORESTAL. IRRETROATIVIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLÊNÁRIO. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INEXISTÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Não há como fazer retroagir a novel legislação florestal para afastar o cumprimento de transação penal formalizada em Juizado Especial, sob a égide da norma revogada (desfazer rancho erguido em APP), pois é firme a posição desta Corte de que, em matéria ambiental, deve prevalecer o princípio *tempus regit actum*, de forma a não se admitir a aplicação das disposições do novo Código Florestal a fatos pretéritos, sob pena de retrocesso ambiental.

3. A irretroatividade do Novo Código Florestal assentada na decisão agravada não implica afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto sequer houve pronúncia de inconstitucionalidade de preceito legal, senão a interpretação do direito infraconstitucional aplicável ao caso.

4. O equívoco redacional do recurso ministerial acolhido - que menciona "averbação da área de reserva legal em imóvel rural" ao invés de

Superior Tribunal de Justiça

"regularização de rancho em área de preservação permanente" constitui errônea terminológica (reserva legal x APP) - não impede a admissibilidade recursal, mormente porque, noutro trecho, foi explicitado de modo correto o objeto da ação.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1709241/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 02/12/2019)

Observado que o entendimento aqui consignado, lastreado na jurisprudência, é prevalente no Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o enunciado da Súmula n. 568/STJ, *in verbis*:

O relator, monocraticamente e no STJ, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, I e III, do RI/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nesta parte, dou-lhe provimento no sentido de afastar a aplicação retroativa da Lei n. 12.651/2012 à hipótese, e, como consequência, determinar a incidência da Lei n. 4.771/65.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator